

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

DA TERRA DE NINGUÉM A TERRA DOS FIDALGOS

Heitor Ney Mathias da Silva (UFRJ - IPPUR)

DA TERRA DE NINGUÉMA TERRA DOS FIDALGOS:

A valorização da Barra da Tijuca e as tentativas de remoção da Vila Autódromo

Desde 1994, acompanhamos as várias estratégias utilizadas para remoção de comunidades carentes na Cidade do Rio de Janeiro na região do PEU Vargens (Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena). Os argumentos se dividem em três grandes grupos: ambiental (poluição das lagoas), urbanístico (não adequação das comunidades ao padrão urbanístico da área) e o mais recente são os Jogos Pan-Americanos. A relevância do tema fica evidente pela quantidade de comunidades na região ameaçadas de remoção por justificativas ambientais e urbanísticas: Calmete, Coroadó, 2 Corações, Ilha da Coroa e a Vila Autódromo. O objetivo do artigo é apresentar a resistência dos moradores carentes da Vila Autódromo as várias tentativas de remoção de 1993 a 2006. A justificativa para escolha dessa comunidade deve-se ao fato de ser a mais bem sucedida na luta pela terra na região.

Os moradores originais da Vila Autódromo eram pescadores. Habitavam as margens da lagoa pela facilidade de guardarem seus barcos. A comunidade se autodenominava de Via Cinco. Por estar próxima a estrada com o mesmo nome. Nesse período não havia nenhuma preocupação quanto à propriedade da terra. Estavam ali há gerações e nunca foram incomodados.

Segundo o relato de um dos moradores. “Quando eu vim para Jacarepaguá em 1970 era muita febre, muito mosquito, muito pernilongo. A gente pegava febre amarela, pegava malária. Ninguém queria vir para Jacarepaguá. Todo mundo só falava em Leblon, Copacabana, esses bairros importantes, Hoje a elite todinha que escolhambava Jacarepaguá e Barra naquela época, (...) está brigando para poder viver na Barra da Tijuca e no Recreio. Quer dizer que você começa a perceber que uma coisa que (...) ninguém queria hoje virou a menina dos olhos da cidade do Rio de Janeiro. Então, hoje, a elite quer tomar do pobre e expulsá-lo pra lá [Santa Cruz]. Mas, esqueceu que há trinta anos, quando era refugado, por todo mundo, quem morava aqui era o pobre, quem desmatava, quem preparava o terreno aqui era pobre. O pobre veio preparar o solo, eles querem tomar”. (FUKS, relato do morador, p. 195).

A partir do início da década de 70 a região teve um significativo aumento populacional, devido à expansão da cidade em direção a Barra da Tijuca. È desse período à construção do Autódromo (1972) e dos condomínios residenciais nas Avenidas Sernambetiba e das Américas, mudando a face da região.

Para evitar grandes deslocamentos e gastos com transporte muitos dos operários da construção civil que trabalhavam na região foram morar nas pequenas comunidades preexistentes. Entre essas estava a Vila Autódromo.

A comunidade que recebeu uma leva de novos moradores, mudou o nome para Vila Autódromo. Desse período temos o relato de outro morador. “A Lagoa era abandonada. Isso aqui era uma área nativa (...) quem convivia bem aqui eram os mosquitos, a taboa, os jacarés e os peixinhos da lagoa. Esses é que estavam dentro do habitat deles. A necessidade veio provocando isso. Então como é que tem origem essas coisa. O pessoal que veio trabalhar no Autódromo (...) na maioria morava na Baixada Fluminense, (...) que chegavam aqui e encontravam essa dificuldade de condução. O cara chegava para trabalhar e não podia voltar para casa. (...) O indivíduo começou a ficar muito afastado da família, ele aí fez o primeiro barraco (...) e já trouxe a mulher e os filhos para perto dele. Mesmo porque isso, economicamente, era melhor para ele, ele já podia ter um lugar para almoçar e jantar”.

Esse período coincide com a consolidação da Barra da Tijuca como área nobre. O areal sem valor passa a ser o centro da disputa pela propriedade da terra na Cidade do Rio de Janeiro. A dinâmica do mercado imobiliário irá voltar às atenções para as comunidades carentes da região.

Fenômenos sociais surgem se expandem e se consolidam no decorrer do tempo. Uma terra que ninguém queria, com o passar dos anos, torna-se alvo de ações judiciais para a retirada dos moradores originais. A terra de ninguém passa a ser a terra dos fidalgosⁱ.

Para alcançar esse intento é necessário ressaltar o que singulariza essa região em comparação com o resto da cidade: a concentração e a valorização da terra. Os conflitos fundiários são fenômenos sociais decorrentes dessa configuração.

Quanto à concentração de terras resumimos os dados apresentados por Fridman (1994, p.15). Em 1994, de um total de 15 km² da região da Barra da Tijuca, que engloba os bairros do Recreio dos Bandeirantes, do Joá e parte de Jacarepaguá 14,86 km², ou seja, 99 % do total pertencem a cinco donos, vide tabela abaixo.

Tabela 1: concentração da propriedade na região.

Proprietário	Razão Social	Extensão (km ²)
Tjong Aiong Oei	Emp. Saneadora Territorial e Agrícola S.A	7,0
-	Carvalho Hosken	3,0
Irmãos Ramos	-	1,0
-	Drault Ernani	0,8
-	Emp. de Desenv. e Engenharia	0,56
Diversas emp. de construção civil	-	2,5
Total	-	14,86

Ainda utilizando os dados de Fridman (1993, p. 12). Entre 1938 e 1988 a área disponível para loteamento na cidade do Rio de Janeiro era de 255,43 km² sendo que em 1942 metade estava consolidada. Até 1962, 90% da área loteada no município do Rio de Janeiro, de 1937 a 1988, estava assentada.

Com relação à valorização de terras em um ritmo mais acentuado do que o resto da cidade Fridman (op.cit.) afirma: “Cabe assinalar o caso da Barra da Tijuca, Joá São Conrado, Recreio dos Bandeirantes, atualmente bairros residenciais das classes médias e altas, que foram ocupados a partir do início dos anos setenta com grandes campanhas de marketing. Esta região agrícola, que vinha convivendo a partir dos anos trinta com residências de fim de semana, teve pelo menos 4 km² de sua área loteada nos anos cinquenta”. Apenas 27 % da área total disponível. Conclusão para essa região se dirigiram os capitais do setor imobiliárioⁱⁱ.

Alem dos interesses do capital imobiliário terem se voltado para a região. Existiam também interesses específicos sobre a Vila Autódromo.

Nos anos 70, a área da Vila Autódromo, que reunia cinco imóveis que totalizam 997.871,00 m² foi alvo de uma longa batalha judicial entre a Prefeitura que havia feito várias benfeitorias e o governo do Estado (vide quadro resumo na próxima página).

No início dos anos noventa (1993), a rápida valorização dos terrenos ocorrida ao longo dos anos setenta e oitenta trouxe como consequência a primeira tentativa de remoção da Vila Autódromo por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O argumento era que os moradores estavam provocando danos ambientais a Lagoa de Jacarepaguá. Como “solução” foi apresentada à proposta de retirada das famílias residentes. Para defender-se os moradores criaram a Associação de Moradores da Vila Autódromo.

Em 1994, o então governador do Estado, Leonel Brizola, inicia uma ação de regularização fundiária, levando em conta que: o Estado era o proprietário da área (vide quadro resumo) e que a Vila Autódromo estava no terreno remanescente. O objetivo era resguardar os ocupantes. Essa medida impediu o despejo.

Cabe lembrar que os posseiros não tinham direito a lei de usucapião, por não ser aplicável em terras públicas.

O órgão executor da política fundiária era a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários – SEAF, que através de 84 Termos de Concessão de Uso, com direito real resolúvel, pelo prazo de 40 anos, renovados por 99 anosⁱⁱⁱ, garantiu legalmente a posse dos moradores.

Em 1995, ao final da titulação o governador solicita à Prefeitura que declare a área de Especial Interesse Social^{iv}. Fato que só foi ocorrer em 2005 diante da pressão da população.

Quadro resumo das disputas jurídicas envolvendo a Vila Autódromo.

1972	Expropriação da área para a construção do Autódromo pelo Estado da Guanabara.
1974	Fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro
1976	A empresa municipal RIOTUR requereu a titularidade do domínio.
1986	Manifestação definitiva da Justiça. A propriedade é do Estado do Rio de Janeiro
1993	Primeira tentativa de remoção da Vila Autódromo através de uma Ação Civil Pública. Justificativa – dano ambiental a Lagoa de Jacarepaguá.
1994	Regularização fundiária.
1995	O governador solicita à prefeitura que declare a área de Especial Interesse Social
1998	Transferencia pela Prefeitura do Autódromo Nelson Piquet para a iniciativa privada
2003	Projeto de Lei autorizando a Prefeitura a realizar obras no Autódromo Nelson Piquet <u>bem como de seu entorno</u> ^v .
2004	Ação de inconstitucionalidade contra o Projeto de Lei.

2005	Concessão do título de Área de Especial Interesse Social a Vila Autódromo.
------	--

Em 2003, foi apresentado um Projeto de Lei na Câmara dos Vereadores que autorizava a Prefeitura a realizar obras no Autódromo Nelson Piquet bem como de seu entorno, (o entorno era a própria Vila Autódromo) em parceria com a iniciativa privada. A justificativa era a necessidade de adaptar os equipamentos esportivos para os jogos Pan-Americanos. Em paralelo funcionários da Secretaria de Habitação da Prefeitura “visitam” a comunidade fotografando e marcando as casas, alegando ser para pagamento de indenizações, pois todos seriam retirados. Os jogos da confraternização continental transformaram-se em ameaça para a comunidade.

Em 2004, através do Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro a comunidade ingressou com uma ação de inconstitucionalidade contra o Projeto de Lei.

Finalmente em 2005, a comunidade recebeu o título de Área de Especial Interesse Social. Essa medida impede a expulsão dos moradores com base no argumento urbanístico, os quais podem ser bem traduzidos pelo pensamento de que eles estão fora do se lugar “natural”.

Fica claro nesse trajeto que ao longo dos anos aquele lugar tranquilo passou a ser palco de um conflito fundiário. Utilizando um conceito de Santos (1994, p. 73) tivemos uma mudança no “espaço social”.

Iremos clarear esse conceito e como ele se encaixa no caso em questão. Para isso teremos que entender as três determinações do espaço: A primeira, é que o espaço tem formas construídas e aparentes. A segunda, é que o espaço tem formas sociais e relacionais. Por último, o espaço tem formas de relações simbólicas. As relações sociais são de natureza comunicativa, unificam os homens numa totalidade, ou seja, para além do ser individual existe um ser coletivo. O ser coletivo é formado pelos objetos, os fluxos e as ações. Onde os objetos são produtos da técnica, estão no campo da tecnoesfera. As ações e os fluxos são produtos da psicoesfera e formam o cotidiano e a política. O cotidiano são ações individuais produtos da psicoesfera. A política são as ações coletivas.

Em resumo, Milton Santos diz que o espaço social é um “retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais”.

As mudanças no espaço social da Barra da Tijuca trouxeram uma mudança na percepção dos moradores (mudança na psicoesfera). Descobriram que tinham sido “rebaixados” a categoria de invasores. Em contrapartida, aprenderam que o direito fundamental a moradia consagrado na Constituição, no caso dos pobres, só sai dos livros para o mundo real pela luta.

A partir desse ponto iremos acompanhar como foi à trajetória de lutas dos moradores da Vila Autódromo.

A Associação de Moradores da Vila Autódromo foi organizada para lutar contra as ações oficiais da polícia (ações de reintegração de posse) e as clandestinas (ações feitas na calada da noite, para intimidar os moradores). Nesses embates os resistentes criaram uma nova identidade a de posseiros^{vi}.

O desafio da construção de uma nova identidade não era, apenas, da auto-identificação como ocupante. Cabia dar resposta as acusações de cunho ambiental e urbanístico que pesavam sobre a comunidade. A de carácter ambiental alegava que além de poluir a lagoa uma parte da comunidade teria aterrado e construído nas margens, ou seja, construí-se casas em área não edificante.

Nesse ponto, cabe investigar o fato de o ambientalismo, poder ser usado para perseguir os desfavorecidos.

Esse fato pode causar surpresa para a grande maioria, pois o senso comum é percebermos o ambientalismo como uma noção que pode ser descrita pela gíria usada pelos jovens “é do bem” que melhor do que qualquer outra retrata o senso comum.

O fato de associarmos meio ambiente com causas justas é historicamente construído. Portanto faz-se mister analisar o desenvolvimento da questão ambiental.

De acordo com Diegues (2000, p. 19) o nascimento da consciência ecológica se dá através da noção de valorização da vida selvagem/natural, conhecidos nos EUA pela expressão “wilderness”^{vii}.

Esse movimento preservacionista atendia também o desejo inconsciente da busca de um paraíso perdido (campo idílico) pelos trabalhadores alienados no processo de produção taylorista e fordista.

A partir dos anos sessenta, uma nova etapa se inicia. Os valores ambientalistas são incorporados num contexto mais geral de insatisfação com o “status-quo” vigente. A partir da perspectiva exposta por Fuks (2001, p.16), “a proteção do mundo natural, a luta pela paz e o culto à espiritualidade estão em sintonia com o universo de “novos valores” e praticas de grupos de jovens, especialmente nos EUA e na Europa Ocidental, o qual se manifestou a partir da década de 1960. Daí a força da associação entre ambientalismo e utopia, fundada na oposição a idéias, valores e práticas dominantes na sociedade urbano-industrial”.

Hoje, a questão ambiental ultrapassou os grupos contestatórios da década de 60. Nos anos 80 a questão ambiental tornou-se uma preocupação global.

A primeira vista, o ideal ambientalista no Brasil deveria ser uma preocupação dos estratos mais abastados de nossa sociedade. Essa percepção advém, provavelmente, da má-distribuição de renda no Brasil, que teria como consequência a preocupação da grande maioria da população tão concentrada nas questões de sobrevivência do dia a dia que não teria olhos para as questões ambientais.

Em desacordo com essa visão observamos que no Brasil, as preocupações ecológicas não são exclusivas de um setor de classe média urbana e instruída. Os valores ecológicos são da sociedade, como um todo, independente da inserção no mundo do consumo ^{viii}. Como explicação plausível cabe lembrar que o imaginário popular brasileiro tem um universo simbólico “pré-materialista” que valoriza o meio ambiente, sedimentado nas práticas e simbolismos religiosos ^{ix}.

Conforme a valorização do meio ambiente se difunde na sociedade, o que é o meio ambiente torna-se mais difuso, englobando áreas das mais diversas: da economia, relações internacionais até o urbanismo, dessa forma o que entendemos por ambientalismo passará por aquilo que Acserald (1997, p.1912) chama de “esquemas dominantes de percepção”, ou seja: “Os sujeitos políticos que exercem a hegemonia sobre o território tenderão a impor sobre os demais a sua própria concepção sobre o meio ambiente. Mas, a evidenciação da interação dos diferentes sujeitos colocará a possibilidade do conflito entre os distintos modos de apropriação de meio ambiente e afastará os riscos de que se tome por exclusiva a perspectiva dos atores sociais hegemônicos”. Contra o “esquema dominante de percepção” os moradores da Vila Autódromo afirmam outro discurso.

Os moradores se defendem dizendo que: as mais graves agressões ao meio ambiente são feitas pelos “ricos”. Lembram a prática corrente dos grandes condomínios da região de desligarem as Estações de Tratamento de Esgoto, como forma de reduzir os gastos com energia elétrica. Essa prática criminosa é também usada pelos grandes shoppings da região.

Saindo da defensiva para o ataque fazem o seguinte questionamento: qual terá maior impacto ambiental às 198 almas que residem na Vila Autódromo ou condomínios do porte do Novo Leblon e Barramares e shoppings como o Barrashopping?

A outra acusação imposta a Vila Autódromo refere-se à questão urbanística. Baseia-se no fato de não respeitarem a legislação de uso do solo da região. Principalmente no que diz respeito ao afastamento entre as casas. As casas são muito próximas (uma favela).

Nesse caso temos uma dicotomia. Os cariocas tão cientes do espírito democrático. (único estado do país onde a ditadura militar nunca conseguiu eleger um governador) são, em geral, contra as remoções. No entanto, quando recolocamos a questão em termos de um

espaço e tempo determinados, ou seja, o específico, a questão da desvalorização provocada nos imóveis pela proximidade de uma favela faz com que os proprietários sejam a favor das remoções. Dessa forma fica claro que a percepção depende das diferentes posições ocupadas no espaço social.

Afim de desvendar essa aparente contradição apresentamos o conceito de espaço social de Bourdieu (1998). Para esse o espaço social contém o próprio mundo social sendo esse multidefinido e com múltiplas posições. Esse espaço social tem como subespaço o campo social. A posição no campo é definida por duas coordenadas: a primeira é o volume global de capital possuído e a segunda o “portifólio” do capital, ou seja, a distribuição entre capital econômico, cultural, social e simbólico.

As diferentes visões (proprietários dos apartamentos e moradores da Vila), com relação à Vila Autódromo, correspondem a posições diferenciadas no campo social. Lembrando BOURDIEU (1998, p. 137).^x “O que existe, é um espaço de relações o qual é tão real como um espaço geográfico”.

Dessa forma podemos compreender as motivações por trás da tortura psicológica a que a comunidade foi submetida. O panfleto abaixo era de um condomínio que estava sendo construído em frente à Vila. Era distribuído em um sinal na entrada da mesma. Nessa propaganda a Vila Autódromo foi eliminada.

**PRA QUEM FAZ TANTA EXIGENCIA
E SÓ PENSA EM LUXO E CONFORTO**

**VARANDÃO, SALÃO, 3 QUARTOS (1 SUÍTE) E DEPENDÊNCIAS COMPLETAS
PRONTO COM HABITE-SE**

**Orizzonte
di Barra**

VISTA DA COBERTURA

UM PRÉDIO PARA QUEM SABE O QUE QUER

JOIA
Incorporadora
Construtora e
Vendedora

VENDAS - AV. ABELARDO BUENO, 2800
(em frente ao Autódromo)

Também dentro desse quadro foi desenvolvida uma campanha caluniosa contra a comunidade. O principal veículo foi o jornal “O Globo”. Veiculava uma acusação falsa - a de que a luta dos pobres servia de “biombo” para algumas pessoas de rendas médias e altas. Partia do fato da construção de “mansões” a beira da lagoa por alguns que compraram terrenos na comunidade.

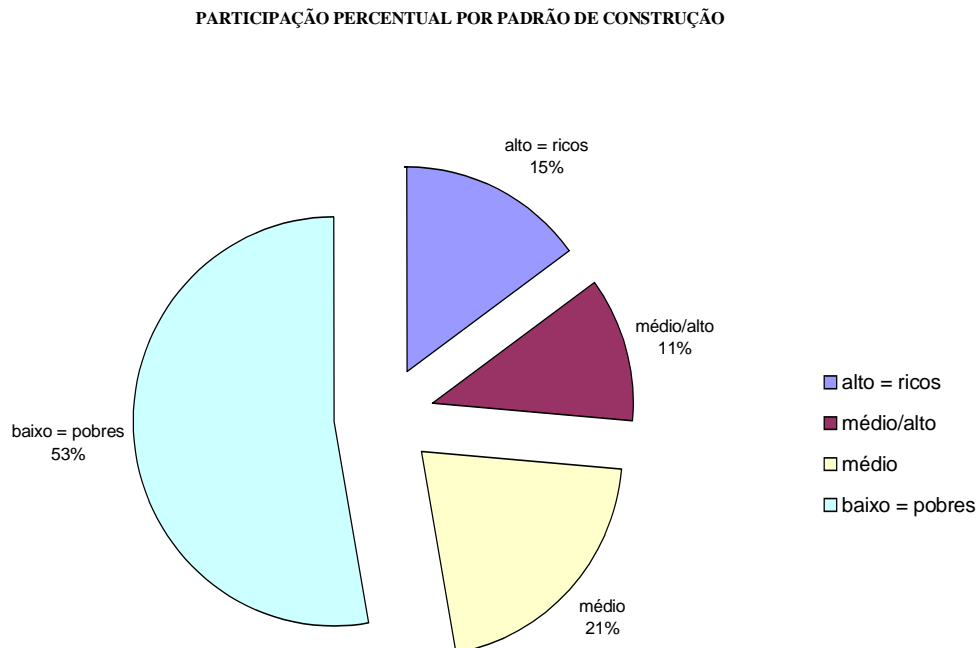
A distribuição sócio-econômica dos moradores no campo social ajuda a compreender a Vila Autódromo. Temos majoritariamente pessoas de baixa renda, mas temos também algumas famílias com renda alta (capital econômico), elevado grau de cultura (capital cultural) ou mesmo profissões de prestígio (capital simbólico).

Essa mistura que deveria ser vista como uma interessante experiência de convivência harmônica entre setores tão díspares da sociedade é usada como argumento para justificar a retirada da comunidade.

Para provar a ampla predominância dos setores de baixa renda usamos duas fontes: o cadastro sócio-econômico do ITERJ e o relatório de padrão construtivo confeccionado pelos arquitetos do mesmo Instituto.

São 198 lotes no total. Quanto à distribuição espacial 56, estão dentro da faixa marginal de proteção da Lagoa de Jacarepaguá^{xi}. O que equivale, aproximadamente, a 28%.

Quanto ao tipo de ocupação dos imóveis temos:



A utilização da expressão ricos, nesse caso, é pejorativa. Tem o objetivo de descaracterizar a Vila Autódromo como uma solução para os que não tem outro lugar para morar. O objetivo é jogar a opinião pública contra a manutenção dos moradores. Relembramos que os “ricos” compõem apenas 15% do conjunto.

A última acusação apresentada contra as localidades pobres da região, incluída a Vila Autódromo, é de danos urbanísticos. Esse argumento tem duas origens: o padrão construtivo das casas e o adensamento. A primeira está ligada ao fato de que as casas serem de baixo padrão o que, segundo os adversários, contribui para a “favelização” da região. Na segunda, as casas não correspondem ao padrão imposto pela legislação para a área.

A defesa seria a argumentação de que eles são anteriores ao estabelecimento da legislação. Outro argumento recorrente na fala dos moradores diz que os grandes empreendimentos imobiliários também burlam as leis urbanística da área.

Analisando o que é dito pelos moradores, veremos as várias maneiras que os empreendedores imobiliários usaram para burlar a legislação urbanística da região. O planejamento para a ocupação dessa área está no “Plano Piloto”, criação de Lúcio Costa.

As várias burlas ao Plano Piloto são:

- A partir da segunda metade da década de 70 – os condomínios fechando as ruas em total desrespeito ao direito constitucional de ir e vir dos cidadãos.
- Nos anos 80 – O incremento da construção de apart-hotéis, com 15 andares onde o gabarito original era de cinco andares.
- Na década de 90 – Ocupação da faixa litorânea (Av. Sernambetiba) que originalmente deveria ser conservada. Passa a ser ocupada por apart-hotéis. Em 1999, temos a lei nº. 41 que permitia a construção de imóveis com área de 30m² e apenas uma vaga para cada dois apartamentos. A lei foi revogada, mas só o seu sancionamento já demonstra a intenção. Na área das Vargens (Vargem Grande e Vargem Pequena) o recurso era construir no terreno e passar de imposto territorial para imposto predial, a fim de burlar o fisco municipal recolhendo a menor.

Fica evidente que os setores mais abonados da Barra descaracterizam o Plano Piloto e, como dizem os moradores da Vila Autódromo, nem por isso, ninguém propõem a retirada dos mesmos da região.

Desse ponto em diante, iremos analisar de que forma os Jogos Pan Americanos se transformaram em ameaça para os posseiros da Barra da Tijuca.

A partir de 1994, foi confirmada a Cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-Americanos.

Surge então o argumento de que seria necessário retirar a Vila para fazer reformas no Autódromo.

O Pan, como é popularmente chamado, é uma versão continental dos Jogos Olímpicos. Teve sua primeira edição em 1951, em Buenos Aires e, desde então, reúne atletas das Américas sempre um ano antes das Olimpíadas.

Por mais que pareça “natural” a empolgação dos moradores com a realização dos Jogos opomos duas interrogações: Porque uma cidade com graves problemas de habitação, educação, saúde e segurança gastaria 2 bilhões^{xii} com os Jogos? Porque apesar do evidente gasto de recursos que fazem falta em outras áreas o apoio à realização do evento é massivo?

Para responder a essa questão é necessário analisar o efeito provocado por grandes símbolos na psique dos habitantes de uma cidade moderna.

Os Jogos são um símbolo de capacidade de realização, da organização e exaltação da beleza da cidade sede e da comprovação da excelência técnica do país organizador. Dessa forma, se enquadram na necessidade da construção de símbolos que a cidade moderna enseja. Para provar tal afirmação citamos Lessa (2004, p.12-13).

“A cidade moderna é aberta. Nela se desenvolve a necessidade de substituir a muralha pela noção de paisagem urbana individualizada, com uma coleção de signos e sentidos que permitem a criação da idéia de pertinência ao lugar. [...] A paisagem urbana da cidade moderna é uma coleção de ícones e signos apropriados da cidade antiga ou construídos como demonstração de progresso e vanguardismo. Ele tem que organizar com marca própria o espetáculo de suas ruas e construir um percurso com passagens únicas e singulares. Precisa da pausa da praça, que se articula com o movimento do *boulevard*”

No entanto mesmo na presença de arquitetura e cultura os habitantes da cidade moderna carecem de um sentido de pertencimento. Esse sentimento não é mais natural como era no feudo ou no burgo. Ele tem que ser construído. Da mesma forma pensa Lessa (2004, p.13). “Não importa com que material, cimento ou gente, é necessário em qualquer cidade uma imagem ordenadora e exaltadora da auto-estima. O Rio de Janeiro explicitou e viu empalidecer uma das mais complexas imagens ordenadoras de metrópole moderna.”

Para explicar porque são gastas parcelas importantes do orçamento para atender o anseio inconsciente de criação de elementos unificadores dos habitantes é necessário entender os políticos como maximizadores de apoio popular. Além disso, temos o anseio dos detentores do poder político de deixarem uma marca no espaço que os immortalize, juntando detentores de poder político com arquitetos e urbanistas. Ainda nas palavras de Lessa (2004, p.13). “Na cidade moderna surge à onipotência do urbanista. [...] Além de obviamente

servirem à exaltação do príncipe e, posteriormente, do Estado”. Em se tratando de modernismo no caso brasileiro, Brasília e Barra da Tijuca. “[...] A componente autoritária e idealista é a mesma, porém a primeira é a modernização conservadora, enquanto a segunda é reformista radical. O interessante é que ambas desconhecem o povo. No primeiro caso, nascem às favelas, no segundo caso, as cidades satélites.”

A inovação desse início de século é que a marca deixa de ser um obelisco, um parque ou museu e passa a ser um evento. Um evento de tais dimensões que tem impactos na morfologia da cidade. Esse é o caso dos Jogos Olímpicos e em menor escala dos Pan-americanos.

Hoje, os Jogos Olímpicos ou os Jogos Pan-americanos é apresentado como uma plataforma de lançamento da cidade na rede global. Faz-se mister qualificar o que é esse novo espaço que se forma e que estamos chamando de rede global.

Para tanto iremos usar Egler (2005, p.1). “As políticas urbanas globais estão na ordem do dia, e a sua importância está expressa na competição entre cidades dos mais diversos países do mundo pelas candidaturas para sediar as Olimpíadas, nos projetos de renovação das zonas portuárias, nas políticas de preservação do Patrimônio Imobiliário. [...] estamos diante de um processo de transição que forma um novo espaço que, por sua vez, se transmuta e se sobrepõe às formas anteriores do espaço presente. Sua nova configuração resulta de fragmentos de cidades, em diferentes localizações do mapa do mundo, conectadas por fluxos informacionais de suporte tecnológico. Isso quer dizer que esse suporte conecta formas espaciais, materiais e fluxos comunicacionais. Sua representação pode ser lida na conexão de espaços locais – fragmentos urbanos – e processos comunicacionais – fluxos digitais – que se articulam e originam um novo espaço que denominamos global, ligando o local com fluxos globais e constituindo uma nova totalidade aescalar.”

A partir desse ponto podemos entender: as revitalizações dos portos de Porto Madero em Buenos Aires e Belém, a fracassada instalação do Museu Guggenheim no Rio de Janeiro e os Jogos Pan-Americanos como estratégias de inserção na rede global.

Para reforçar o argumento de utilização dos jogos para inserção privilegiada na globalização chamamos a atenção para afirmação de Silva (Comitê Social do Pan, 2005). “Desfrutando de bilhões de espectadores, tais cidades se transformam, momentaneamente, no admirado centro das atenções em escala planetária. Em certo sentido, os Jogos Olímpicos correspondem na atualidade ao papel similar cumprido por algumas das grandes exposições universais da segunda metade do século XIX ao início do século seguinte, ao por em relevo as utopias do progresso sem fronteiras e da solidariedade e harmonia entre os povos. Também

podemos comparar o imenso impacto destes eventos na dinamização e reestruturação das cidades.”

Diante disso se justifica os Jogos hoje terem custos tão elevados, dois bilhões de reais.

O desenvolvimento moderno dos Jogos e a forma como afetam o espaço são tratadas por Mascarenhas, (2005). “As primeiras décadas dos J.O. deixaram poucos vestígios na paisagem urbana. [...] somente em 1932 pode-se iniciar a falar, embora timidamente, em "urbanismo olímpico", quando a cidade de Los Angeles utilizou os jogos como oportunidade de erguimento da economia local, muito abalada pela crise de 1929. Em 1936, Berlin seguiu o exemplo e consolidou a nova tradição de edificação de vilas olímpicas dotadas de alguns equipamentos específicos para os atletas.

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, o olimpismo adquiriu força inédita, atraindo maior interesse e apoio governamental, bem como verificando crescente adesão de atletas de diversos países. Desde então, cada olimpíada vem deixando (ou propiciando) marcas indelévels na paisagem das cidades, tornando-se uma efetiva possibilidade de executar o planejamento urbano.

Nos anos 70, nota-se um aprimoramento da conjugação entre J.O. e planejamento urbano. Entre os urbanistas, crescia naquele momento a preocupação para com a indesejável obsolescência das áreas centrais, em favor de novos sub-centros e subúrbios de perfil econômico elevado, processo acionado sobretudo pela difusão do uso do automóvel. Nos J.O. de Munique (1972) e Montreal (1976) nota-se, segundo Muñoz (1996), uma clara política de instalação ou aproveitamento de equipamentos esportivos junto à área central, valorizando-a.

Moscou (1980) demarca o ápice da política de construção de habitações populares a partir de uma vila olímpica: nada menos que dezoito blocos de apartamentos pré-fabricados com 16 andares cada um.

Como de um contexto socialista ou social-democrata, chegamos a Jogos capazes de expulsar comunidades inteiras é o desdobramento histórico que iremos tratar abaixo.

Tanto os Jogos de Seul como, principalmente, os de Barcelona foram marcados no contexto político pela onda de neoliberalismo (que receitava a redução do papel do Estado) e da globalização.

As marcas dessa conjuntura em Seul (1988) e Barcelona (1992) são a utilização dos Jogos Olímpicos como poderosa alavanca para o desenvolvimento urbano apropriado pelas empresas privadas que financiavam uma parte das intervenções urbanísticas. Ambas as cidades investiram vultosas quantias e implementaram projetos urbanísticos de elevada envergadura, redefinindo centralidades e constituindo verdadeiros marcos na evolução urbana.

Ademais, conseguiram projetar mundialmente a imagem destas cidades, proporcionando efeitos multiplicadores a curto e médio prazo: grande aumento do afluxo de turistas e dos investimentos.

Os Jogos Pan Americanos no Rio estão dentro dessa conjuntura (neoliberalismo e globalização). Iremos ver como isso se reflete na forma de ocupação do espaço.

Nessa conjuntura o desejo de singularidade dos habitantes, através de marcas que diferenciem a cidade passa a ser colocado a serviço dos grandes capitais.

A justificativa para os elevados investimentos passa a ser a inserção da cidade dentro de um mundo formado de redes articuladas por cidades e não mais articulado no espaço nacional, ou melhor, como disse Egler (2005), está por cima do espaço nacional. Seria a submissão ao processo de globalização e conseqüente fragilização do Estado Nacional. Sendo visto como irreversível e com um ritmo no qual a dinâmica interna da sociedade seria incapaz de intervir. Nesse caso, a dimensão monumental para criar admiração e espanto se impõe.

Seguindo essa lógica a Vila Olímpica foi feita na Barra da Tijuca para abrigar os atletas do Pan e foi vendida para as classes médias e altas na cidade do Rio de Janeiro, seguindo o exemplo de Barcelona 92. É um conjunto de vinte e cinco prédios residenciais com dez pavimentos num total de dois mil e quarenta apartamentos para abrigar os oito mil atletas esperados.

A lógica envolvida nesse contexto é, no caso carioca, a criação e, no caso de Barcelona, renovação do espaço urbano. Podemos apontar a semelhança com o esquema de renovação para atender as necessidades de criação de novas áreas de acumulação de capitais, já apontadas por Egler, (2005) em relação ao Porto Madero, na Argentina, ou ainda como dizem Barros e Picinatto (2005) “lógica do capitalismo atual, de corte seletivo e excludente, as cidades se renovam constantemente na busca dos investimentos do circuito mundial de valorização”.

O modelo Barcelona de gestão do espaço urbano fez escola, cabe lembrar que em 1992 os principais urbanistas catalães (Castells e Borgia) foram contratados pelo Prefeito César Maia para elaborarem o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Quanto às críticas a forma de elaboração e conteúdo desse trabalho vide Vainer (2000).

Como a proposta dos Jogos Pan-Americano é o urbanismo “mercadófilo”, ou seja, a gestão da cidade orientada para a consecução de grandes lucros por partes do setor imobiliário. A escolha privilegiada da Barra da Tijuca para a instalação dos equipamentos esportivos dos Jogos é uma decorrência lógica.

Podemos fazer nossas as palavras de Macarenhas (2005), “[...] Em suma, a cidade que emergirá deste evento consolidará um modelo excludente e segregador”.

Não só os Jogos foram seqüestrados pela iniciativa privada como ainda deixarão uma forte marca nas contas públicas. Segundo dados do Fórum Popular do Orçamento Público do Rio de Janeiro o volume de recursos aplicados no estádio olímpico João Havelange (R\$ 166 milhões) é maior do que o aplicado na saúde (R\$ 132,6 milhões) e em educação (R\$ 69 milhões em 2004 e R\$ 76 milhões em 2005).

No caso das instalações feitas para os Jogos Pan-Americanos na Barra da Tijuca fica evidente que atendem interesses dos proprietários de terra da região. Como forma de ilustrar o que estamos dizendo no mesmo texto. “John Bale (1989, p.156) estima que no Reino Unido a presença de campos de golfe valorizam em média as propriedades mais próximas em aproximadamente 10%.

Em síntese, os esportes apresentam um conteúdo de relação homem - natureza e uma grande capacidade de transformação do meio e valorização do metro quadrado do qual um setor quer se apropriar aproveitando a enorme força simbólica que tem os Jogos.

Como foi dito antes, os interesses imobiliários em torno dos Jogos com a utilização do Autódromo para a realização de algumas atividades voltou-se para tentar retirar os moradores.

Em função dessa ameaça, outra vez, os moradores da Vila Autódromo em dezembro de 2004 se organizaram, com passeatas e ocupação do plenário da Câmara dos Vereadores. Mais uma vez perderam um dia de trabalho e, em conseqüência, foram descontados dos seus salários um dia de trabalho mais um dia da folga remunerada. Apesar disso lá estiveram e foram vitoriosos.

No dia 4 de janeiro de 2005, uma luta que se iniciou em 1995 com um ofício do Governador Brizola dirigido a Prefeitura requerendo que a área fosse declarada de Especial Interesse Social finalmente conseguiu êxito. Foi sancionada a Lei Municipal decretando a Vila Autódromo como Área de Especial Interesse Social.

A importância dessa Lei é que ela garante que os padrões urbanísticos aplicados para a região não podem ser aplicados à localidade em questão.

A luta teve início em 2004 na tentativa de derrubar a Proposta de Lei^{xiii} que permitia a Cessão de Uso do Autódromo a terceiros (leia-se iniciativa privada) para acolhida de eventos esportivos olímpicos e jogos Pan-Americanos. Na redação constava “o Autódromo e **seu entorno**” (grifo do autor). Estava clara a intenção de dispor a área para o setor imobiliário. A partir dessa Lei existia a brecha legal para remover a comunidade.

A Proposta de Lei foi mantida em duas votações, no entanto, a vitória da base governista foi um Cavalo de Tróia. Os jornais noticiaram e denunciaram a Lei. Diante da repercussão o Prefeito recuou e não a sancionou.

No início do ano legislativo de 2005 o assunto volta à pauta.

Foi apresentada a proposta de uma visita oficial dos vereadores a Vila.

No local, os vereadores, que tinham votado com o Prefeito, diante de enfurecidos eleitores puderam constatar ser uma comunidade carente e perseguida. A grande mobilização dos moradores foi um sucesso.

Hoje, a luta é para que os Jogos Pan-Americanos se traduzam em melhoria para os Moradores da Vila Autódromo. Tendo em vista o argumento de que a Vila envergonha os cariocas. Porque não urbaniza-la?

CONCLUSÃO.

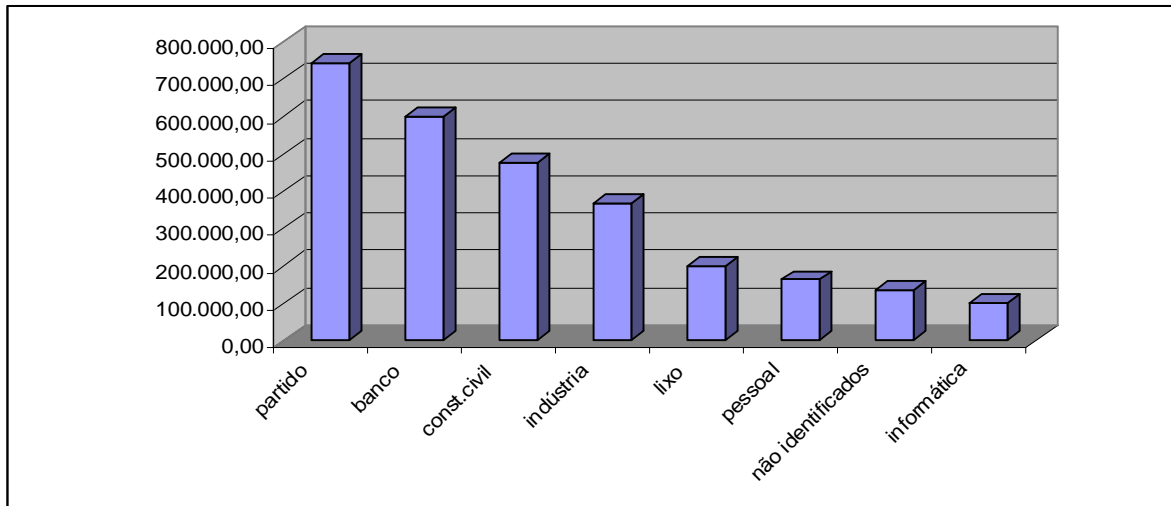
Na primeira parte, do artigo apresentamos o período em que a comunidade se desenvolvia sem maiores incômodos.

Na segunda parte, a partir de 1993, vimos à utilização do discurso ambiental e urbanístico como justificativa para expulsão dos pobres.

Na terceira parte, a utilização dos Jogos Pan-Americanos, com o mesmo propósito.

Ao fim deste percurso o julgamos insuficiente. Cabe a ciência ir além dos estreitos marcos da crítica. Cabe, também, ir além dos leigos a quem resta a simples indignação. O papel do intelectual é estar no campo da solidariedade ativa, ou seja, ser um daqueles que arregaçam as mangas. Tornando atual o que Marx (1978, p.53) disse na décima primeira tese contra Feuerbach de que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente caberia transformá-lo”.

Diante disso, cabe entender o porquê da visão de uma cidade com uma parte proibida para moradia dos pobres. Além de ter uma base objetiva para a análise coletamos e classificamos as doações apresentadas na prestação de contas da última campanha do Prefeito César Maia^{xiv}. As doações foram agrupados por setor. Aquelas que não foi possível identificar a que setor pertence o doador estão como “não identificados”.



Salta aos olhos a importância do setor da construção civil. É o terceiro maior doador. A construção civil com 476 mil reais só perde para o partido do Prefeito com 743 mil reais e para os bancos com 600 mil reais.

Dentro do subgrupo da construção a soma das contribuições feitas pela Brascan (100 mil reais) e Carvalho Hosken (100 mil reais) correspondem a 46% do subtotal.

As duas têm grandes negócios na Barra da Tijuca. A primeira é proprietária do Barrashopping (o maior shopping da cidade). A Carvalho Hosken é proprietária de 27 % dos terrenos da Barra da Tijuca.

Após a análise dos dados a conduta do Prefeito de paladino da seriedade na organização do espaço urbano revela a face de um despachante do capitalismo excludente.

Por fim, apresentamos a principal lição da Vila Autódromo. Os principais opositores do processo de globalização terão de ser os deserdados.

Ao contrário da classe média os deserdados não sofrem da miragem de encontrar abrigo nos oásis dos “nós” da rede global enquanto o resto do país e do planeta serão o deserto. Essa clareza de visão decorre da condição precária de empregabilidade. As ilusões das imagens do mundo global para os excluídos, como diria Santos (1994).

“São miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. A lentidão dos corpos contrastaria com a celeridade dos espíritos.”

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. De “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: _____. (Org.). Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Introdução, p. 7-15.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989, p.133-161.

_____. Um saber comprometido. Le Monde Diplomatique, edição Portuguesa, n. 35, ano 3, fev. 2002, p.3.

CREA EM DEBATE. Ocupação predatória: CREA-RJ faz inspeções nas Lagoas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá e constata danos ao ecossistema causados por explosão imobiliária e ocupações irregulares. Rio de Janeiro, p. 8-13, maio 2005.

COMITÊ SOCIAL DO PAN. BARROS, Grandes Projetos Urbanos e fronteiras Sociais: irrupções da resistência. Danielle; PICCIANATO, Leonardo. Comitê Social do Pan. 2005.

COMITÊ SOCIAL DO PAN. BARROS, A cidade e os grandes eventos Olímpicos: Uma Geografia para quem? MASCARENHAS, Gilmar. Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/fporj/> Comitê Social do Pan. 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. [São Paulo]: NUPAUB/USP –Núcleo de apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas, 2000, p. 11-41.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Políticas Urbanas para o Espaço Global. Revista Economia, Sociedade e Território, México, n. 17, 2005.

FRIDMAN, Fania. Os donos da terra carioca - alguns estudos de caso. Espaço & Debates, Rio de Janeiro, n. 37, 1993, p. 10-18

FUKS, Mario. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate na arenas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 243 p.

_____. Arenas de Ação e debate Público: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: v. 41, n.1, 1998, p. 87-113.

IBASE. Projeto Meio Ambiente e Democracia. SCOTTO, Gabriela; LIMONCIC, Flávio (Coord.). Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1997. Volume 2, Cap. 2, p.19-30.

IBASE. ArtigoPan 2007 O Olimpo distante da população pobre. SILVA, Itamar.

Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/fporj/>. Comitê Social do Pan. 2005.

ITERJ. Sinopse jurídica/fundiária. Área do “Autódromo Internacional Nelson Piquet” Jacarepaguá–RJ. Processos: E-08/501/1976 e E-01/084/2000.

Lessa, Carlos. Trajetórias da cidade moderna. In: VIEIRA, Fernando A.; ROEDEL, Hiran. Rio de Janeiro: panorama sociocultural. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá e Ed. Rio, setembro de 2004, p. 9-18.

MAGALHÃES, Luis Ernesto. Câmara inicia hoje discussão sobre plano para Vargem Grande e Pequena: PEU apresentado pela Prefeitura torna mais flexíveis regras para construção. O Globo, Rio de Janeiro, 2005. Rio, p. 21.

_____. Uma APA com resorts: Câmara derruba veto e abre caminho para megaempreendimento na Barra. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2005. Rio, p. 21.

MANUAL DO POSSEIRO, Fórum Popular de Reforma Urbana. Rio de Janeiro, nov. 1997. 20 p.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os pensadores, p.50-53.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO; Secretaria Municipal de Urbanismo. Plano Diretor Decenal da Cidade. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo – RJ, 1992.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: As cidades da cidade.

REZENDE, Vera F.; LEITÃO, Gerônimo. O Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá: intenções e realizações após três décadas. Rio de Janeiro: CREA – RJ, 2004. 59 p.

SANTOS, Milton. A NATUREZA DO ESPAÇO: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 15-49.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 61-86.

NOTAS

ⁱ A etimologia da palavra fidalgo advém de filho d’alguém. Que em nossa sociedade com cidadãos de primeira, uma minoria, e de segunda classe, a grande maioria, deu origem a famosa expressão - sabe com quem você está falando. Muito bem analisada na obra de Roberto da Mata.

ⁱⁱ A região da Barra da Tijuca, Baixada de Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes e Vargem Pequena é a de maior valorização na cidade no período de 1979-1990 (FRIDMAN,1994, p.15)

ⁱⁱⁱ Fonte: Processo Administrativo (PA) E-28/1057/93.

^{iv} Processo Administrativo E-16/000.327/95, originário do Ofício do então Governador do Estado do Rio de Janeiro, encaminhado a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro,

^v O entorno era a própria Vila Autódromo.

^{vi} Posseiro ou possuidor é aquele que ocupa, por necessidade de morar, terras públicas ou particulares abandonadas, isto é, sem uso, sem função social, nelas morando permanentemente com sua família. (MANUAL DO POSSEIRO, p.3).

^{vii} Mundo selvagem – Movimento pela criação de áreas para preservação das espécies nativas.

^{viii} O programa de pesquisas desenvolvido entre 1991 e 1994, “ O que o brasileiro pensa de Ecologia” Crespo e Leitão, 1993 no núcleo de pesquisa do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/CNPQ). Este programa de pesquisa possibilitou uma coleta de informações, feitas pelo IBOPE em 1992, sendo a primeira pesquisa de

opinião pública, de âmbito nacional, a respeito da temática ambiental. Na amostra , 71% dos entrevistados revelaram ter muito ou algum interesse pelo meio ambiente.

^{ix} Nas religiões afro-brasileiras o orixá Oxossi representando as matas, Iemanjá representado o mar e Iansã as águas dos rios, enfim, todas as manifestações da natureza são divinas .

^x Dentro da Vila Autódromo temos moradores de baixa renda, comerciantes pequenos e médios, professores e militares da PM, inclusive um de alta patente – major e funcionários públicos de vários órgão estaduais e do poder judiciário. Dessa forma o espaço de relações sociais, como diria Bourdieu tem múltiplas determinações, ou seja, é de uma riqueza bem maior do que a início se poderia supor.

^{xi} Esses não foram contemplados com Termos de Concessão de Uso com direito real resolúvel.

^{xii} Valor que o Prefeito disse em entrevista, vide bibliografia, ter acautelado para gastar com os Jogos.

^{xiii} Lei Municipal nº 3.758/04

^{xiv} Gráfico confeccionado a partir dos dados disponíveis no sitio do TSE (www.tse.gov.br).